

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA POLITÉCNICA – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM
ENGENHARIA (PECE)**

OSINEIDE RIBEIRO DE MACEDO

**APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS PARA O INVESTIMENTO
RESPONSÁVEL (PRI) EM UMA EMPRESA DE ASSET
*MANAGEMENT***

São Paulo
2012

OSINEIDE RIBEIRO DE MACEDO

**APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS PARA O INVESTIMENTO
RESPONSÁVEL (PRI) EM UMA EMPRESA DE ASSET
MANAGEMENT**

Monografia apresentada à Escola Politécnica, da Universidade de São Paulo, para obtenção do certificado de Especialista em Gestão e Engenharia da Qualidade – MBA/USP.

Orientador:
Prof. Dr. Adherbal Caminada Netto

São Paulo
2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais,
Osmar e Tereza, pelo eterno apoio.

AGRADECIMENTOS

Ao Engenheiro Naval e Professor Doutor Adherbal Caminada Netto, meu orientador, por compartilhar seus conhecimentos e experiências profissionais, sempre com muita objetividade e humor.

Ao meu noivo, Rodrigo Rego, pelo apoio, paciência e carinho dedicado nos momentos mais difíceis desta caminhada.

Aos amigos que contribuíram para a realização deste trabalho e no decorrer do curso.

A mente que se abre
a uma nova ideia
jamais volta ao seu tamanho original

Albert Einstein

RESUMO

O objetivo deste trabalho é demonstrar o processo adotado por uma empresa de Gestão de Recursos de Terceiros, na aplicação dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) em seu processo de análise de investimentos, desde a sua adesão até a inclusão das diretrizes recomendadas aos signatários, em seu processo de tomada de decisão. O compromisso com a sustentabilidade requer que as instituições financeiras mantenham estratégias de desenvolvimento sustentável em seu processo, sendo este, um novo desafio que é definir metas alinhadas com a maximização do valor do acionista e da satisfação dos clientes. Além de demonstrar o processo de aplicação dos Princípios para o Investimento Responsável aborda-se neste trabalho a conceituação sobre o Mercado de Capitais e a Sustentabilidade no Setor Financeiro. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e ao mesmo tempo quantitativa pelos tipos de abordagens. Para compor a parte teórica são feitos levantamentos bibliográficos, em periódicos, em banco de teses/dissertações e em meio eletrônico. Para a parte prática da pesquisa a opção foi pelo estudo de caso numa empresa, considerada uma das maiores gestoras de Renda Fixa da América Latina, com gestão especializada por segmento, em Pesquisa de Análise de Investimento, Análise de Crédito e Macroeconomia independente. Considerando a questão proposta a adesão aos Princípios propiciou a empresa um processo mais evidenciado de investimento, incorporando os critérios ambientais, sociais e de governança, bem como, igualmente de suma relevância, o envolvimento dos colaboradores e da alta direção desde o início do projeto.

Palavras-chave: Princípios para o Investimento Responsável. Critérios Ambientais. Gestão de Recursos. Recurso de Terceiros.

ABSTRACT

The main objective of this study is to demonstrate the process chosen by an Asset Management company, in applying the Principles for Responsible Investment (PRI) in the process of investment analysis, from its adherence to the inclusion of the guidelines recommended to all signatories in their decision making process. The commitment to sustainability requires that financial institutions keep sustainable development strategies in its process, which is a new challenge: to set goals aligned to the maximization of the stockholder value and customer satisfaction. In addition to demonstrating the process of applying the Principles for Responsible Investment, this paper discusses the concept of the Capital Market and the Sustainability in the Financial Sector. Methodologically, this is both, a quantitative and qualitative research, because of different types of approaching. In order to compose the theoretical part of this study, surveys are made, in periodicals, on thesis and dissertation bases, and electronically. For the practical part of the research, the analysis of a study case of a company considered of the largest managers of Fixed Income of Latin America, with specialized management by segment, in Research of Investment Analysis, Credit Analysis and independent Macroeconomics, was chosen. Considering the proposed issue, the adherence to the Principles provided the company a more evidenced process of investment, incorporating environmental, social and governance criteria, as well as, and also of great importance, the involvement of employees and senior executives from the beginning of the project.

Keywords: Principles for Responsible Investment. Environmental Criteria. Asset Management. Third Party Resources.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1	Fluxo Operacional.....	44
-----------------	------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Lista de Investidores Qualificados	21
Quadro 2	Classificação dos Fundos CVM E ANBIMA.....	24
Quadro 3	Signatários PRI Mundial.....	34
Quadro 4	Signatários PRI Brasil	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução Patrimonial da Empresa Estudada	36
Gráfico 2	Alocação dos Fundos (Renda Fixa e Renda Variável).....	37
Gráfico 3	Alocação dos Recursos por Segmento.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Privadas de Previdência Complementar
AMBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BVS&A	Bolsa de Valores Sociais e Ambientais
CDB	Certificados de Depósito Bancário
CMN	Conselho Monetário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DSJI	<i>Dow Jones Sustainability Index</i>
ESG	<i>Environmental, Social and Corporate Governance</i>
FI	Fundos de Investimentos
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBOVESPA	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISEA	<i>Institute of Social and Ethical Accountabilitty</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LC	Letras de Câmbio
LTN	Letras do Tesouro Nacional
NBR	Norma Brasileira
NTN	Notas do Tesouro Nacional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PECE	Programa de Educação Continuada em Engenharia
PRI	Princípios para o Investimento Responsável
RCI	<i>Responsible Competitiveness Index</i>
RFP's	<i>Request for Proposals</i>
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNPRI	Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. REVISÃO DA LITERATURA.....	15
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
1.2. MERCADOS DE CAPITALIS.....	16
1.2.1. Cronologia do Mercado de Capitais.....	16
1.2.2. Definições de Mercado de Capitais por Autores e Órgãos.....	17
1.2.2.1. O Mercado de Capitais de Renda Fixa.....	18
1.2.2.2. O Mercado de Capitais de Renda Variável.....	18
1.2.3. <i>Asset Management</i> – Gestão de Recursos de Terceiros	19
1.2.3.1. Tipos de Investidores.....	20
1.2.4. Fundos de Investimento.....	22
1.2.4.1. Fundos de Renda Fixa.....	23
1.2.4.2. Fundos de Renda Variável.....	23
1.2.4.3. Classificação dos Fundos (CVM e ANBIMA).....	23
1.3. SUSTENTABILIDADE NO SETOR FINANCEIRO.....	26
1.3.1. Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental.....	26
1.3.1.1. Princípios e Diretrizes Internacionais.....	26
1.3.1.2. Princípios e Diretrizes de Governança Corporativa.....	27
1.3.1.3. Princípios e Diretrizes Setoriais.....	27
1.3.1.4. Instrumentos de Gestão.....	28
1.3.1.5. Normas e Certificações.....	29
1.3.2. Relatórios de Sustentabilidade.....	29
1.3.3. Princípios para o Investimento Responsável	30
1.3.3.1. Processo de Adesão aos Princípios.....	33
1.3.3.2. Signatários por Categoria.....	34
2. MATERIAL	36
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	36
2.1.1. Patrimônio da Empresa.....	36
2.1.2. Segmentação da Empresa.....	37
2.2. ADESÃO AOS PRINCÍPIOS.....	38
2.3. SENSIBILIZAÇÃO INICIAL DA ORGANIZAÇÃO.....	39
3. MÉTODOS.....	39
3.1. METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO.....	39
3.2. O PROJETO.....	40
3.3. ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	40
3.4. PLANEJAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	42
3.5. TREINAMENTO DA EQUIPE.....	42
3.6. APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO NAS EMPRESAS.....	43
3.7. DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO.....	43

4. RESULTADO ESPERADO	45
5. CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	52

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho aborda os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) em uma empresa de *Asset Management*.

Este estudo se justifica porque o Setor Financeiro enfrenta um novo desafio, que consiste em avaliar uma série de variáveis socioambientais que, até pouco tempo, não eram uma preocupação.

Essas variáveis tendem a crescer em importância com o tempo, impulsionando o Setor a estar, cada vez mais atento às oportunidades e riscos desta nova realidade, na promoção do desenvolvimento sustentável em paralelo ao crescimento econômico, tendo a visão dos benefícios que a adoção de uma perspectiva sustentável pode trazer aos negócios.

Dentre as ferramentas de gerenciamento e iniciativas voluntárias em Sustentabilidade, os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) reúnem as melhores práticas globais para o investimento responsável, direcionando seus signatários de forma voluntária a manter esforços voltados aos critérios ambientais, sociais e de governança corporativa (na sigla em inglês ESG – *Environmental, Social and Governance*) em seus processos a partir de sua adesão.

Nessa tendência, as empresas de *Asset Management*, ou Gestoras de Recursos de Terceiros vêm apresentando, cada vez mais, em suas estratégias comprometimento e respeito à importância das questões ambientais e sociais, integrando a perspectiva sustentável em seus processos, visando incorporar a sustentabilidade em seus negócios.

Apresenta-se aqui uma definição de Mattarozzi e Trunki (2008, p.32) em que afirmam: “os maiores bancos do país têm fundos de investimento com responsabilidades socioambiental e têm criado cada vez mais opções para quem quer investir em empresas que sejam referência em práticas socioambientais [...]”.

Como objetivos se pretende demonstrar como ocorreu o processo adotado pela empresa pesquisada, cujo nome é mantido em sigilo a pedido da própria empresa, na aplicação dos Princípios, desde sua adesão até o processo de inclusão das diretrizes recomendadas aos signatários em seu processo de tomada de decisão.

Trata-se de um sistema de sustentabilidade que tem como finalidade melhorar as práticas de investimento, incorporando os critérios ambientais, sociais e de governança em seu processo de tomada de decisão.

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa empírica para compor o referencial teórico por meio de levantamento de bibliografias, em meio eletrônico e em documentos. Na parte da pesquisa é desenvolvido um estudo de caso com elaboração e aplicação de um questionário em 100 (cem) empresas acompanhadas pela empresa pesquisada e cuja coleta de dados está para ser iniciada.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para melhor compreender a Revisão da Literatura que aqui se apresenta cabe definir o que representa a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda do Brasil, que tem poderes para disciplinar, normalizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado. Seu poder de normalizar abrange todas as matérias referentes ao mercado de valores mobiliários.

Pela Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976 foi instituída a CVM para exercer atividades de fiscalização e normatização do mercado de valores mobiliários, buscando assegurar as práticas equitativas e refrear qualquer tipo de irregularidade (CVM, 2011).

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) é a representante das Instituições que atuam no Mercado Financeiro e de Capitais, dentre bancos comerciais, múltiplos e de investimentos, *asset managements*, corretoras, distribuidoras de valores mobiliários e consultores de investimento. Atua como agente regulador e tem como função criar regras e supervisionar o cumprimento dessas regras de seus códigos de Regulação e Melhores Práticas (ANBIMA, 2011).

A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) é uma companhia de capital brasileiro formada em 2008, a partir da integração das operações da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias e Futuros, sendo a principal instituição brasileira de intermediação para operações do mercado de capitais (BM&FBOVESPA, 2011).

Bolsa de Valores são locais que oferecem condições e sistemas necessários para a realização de negociação de compra e venda de títulos e valores mobiliários de forma transparente. Além disso, tem atividade de autorregulação que visa preservar elevados padrões

éticos de negociação, e divulgar as operações executadas com rapidez, amplitude e detalhes. (BMF&BOVESPA, 2011c).

Cabe ressaltar que o mercado de capitais no Brasil tem a BM&FBOVESPA como a sua principal e provavelmente a mais influente bolsa de valores. As ações que são vendidas, compradas e completamente movimentadas neste local, sempre fazem o país se estabilizar ou não financeiramente (CAIXA FINANCIAMENTO, 2011).

Com base nas funções estabelecidas segue o texto com o mercado de capitais, a gestão de recursos de terceiros, considerando-se sempre a renda fixa e a renda variável.

1.2. MERCADOS DE CAPITAIS

Este tópico apresenta inicialmente a cronologia do Mercado de Capitais.

1.2.1. Cronologia do Mercado de Capitais

Esta cronologia sobre o mercado de capitais tem como base os dados obtidos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA (2011).

Antes da década de 60, os brasileiros investiam, principalmente, em ativos reais (imóveis). A partir de 1964 esta situação começou a mudar, com o início de um programa de reformas na economia nacional, realizado pelo Governo, incluindo alguns incentivos para aplicação no mercado acionário.

A partir de 1970 houve um rápido crescimento das demandas por ações pelos investidores, o que ocasionou o movimento especulativo conhecido como “*boom* de 1971”, cujas consequências desaceleraram o mercado, até que em 1975 notou-se a recuperação das cotações, devido aos novos aportes de recursos.

Ao longo do tempo, vários incentivos foram adotados visando incentivar o crescimento do mercado, bem como a criação de normas legais para direcionarem este setor.

No final da década de 1980 chegou ao país o processo de internacionalização do mercado.

A partir da década de 1990, houve um aumento no volume de investidores estrangeiros atuando no mercado brasileiro e algumas empresas brasileiras começaram a listar suas ações em bolsas de valores estrangeiras.

Atualmente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem a função de regulamentar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários, os intermediadores financeiros, as bolsas de valores e as companhias de capital aberto.

1.2.2. Definições de Mercado de Capitais por Autores e Órgãos

Como definição de Mercado de Capitais cita-se a da BM&FBOVESPA, igualmente apresentada por Cavalcanti (2009):

É um sistema de distribuição de valores mobiliários que tem o propósito de proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. É constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas.

Milioni (2004), representante da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC) assim define o mercado de capitais:

Compreende operações realizadas predominantemente em mercados organizados (balcão e bolsas de valores), onde se verifica a captação de recursos de médio e longo prazos por companhias emissoras de títulos e valores mobiliários. Os intermediários são os bancos múltiplos, de investimentos e as sociedades corretoras.

Bacha e Oliveira (2005) afirmam que esse mercado de capitais proporciona o desenvolvimento econômico, quando ocorre em ambientes cujos riscos são controlados. Para os autores, se queremos promover o círculo virtuoso do crescimento fortalecendo o mercado de capitais, devemos trabalhar com a verdadeira visão de estabilidade.

No Mercado de Capitais são negociados títulos, valores mobiliários e ativos financeiros que, de acordo com as características do ativo podem ser classificados em dois segmentos: de renda fixa e de renda variável.

1.2.2.1. O Mercado de Capitais de Renda Fixa

De acordo com os dados da ANBIMA (2011), e do Portal da Educação Financeira (2011), os títulos de renda fixa se caracterizam por possuírem regras definidas de remuneração, cujo rendimento (retorno de capital), pode ser dimensionado no momento da aplicação.

Os títulos de renda fixa são públicos ou privados, conforme a condição da entidade ou empresa que os emite.

Como títulos de renda fixa públicos podem ser citados:

- Notas do Tesouro Nacional (NTN).
- Letras do Tesouro Nacional (LTN).
- Títulos Estaduais e Municipais.

Como títulos de renda fixa privados podem ser citados:

- Fundos de Investimentos (FI).
- Letras de Câmbio (LC).
- Certificados de Depósito Bancário (CDB).
- Debêntures.

1.2.2.2. O Mercado de Capitais de Renda Variável

De acordo com os dados da ANBIMA (2011), e do Portal da Educação Financeira (2011), o Mercado de Renda Variável compreende todas as operações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, bem como as operações com ouro, ativo financeiro, realizadas fora de bolsas, com interveniência de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (Bancos, Corretoras e Distribuidoras).

Nos investimentos em títulos de Renda Variável, o investidor não tem como saber previamente a rentabilidade da aplicação.

Os investimentos mais tradicionais em Renda Variável são:

- Ações.
- Fundos de Ações
- Clubes de Investimento.

Num comparativo, as diferenças entre títulos de Renda Fixa e Renda Variável estão diretamente ligadas ao processo de formação de preços.

O preço de um título de Renda Fixa depende da rentabilidade implícita, prevista para o papel, e o preço de uma ação no Mercado de Renda Variável é formado pela interação entre ofertas e demandas, conforme propostas centralizadas em ambientes de negociação, sendo seus valores redefinidos, em todo momento, por conta dos mercados, economia, entre outros.

1.2.3. Asset Management – Gestão de Recursos de Terceiros

A separação da administração de Recursos de Terceiros, das demais atividades do banco foi estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio das Resoluções 2451, de 27 de novembro de 1997 e 2486 de 30 de abril de 1998. Posteriormente, também, pela Instrução CVM 306 de 5 de maio de 1999, para evitar situações de conflitos de interesse ou interesses concorrentes.

Resolução CMN nº 2.451/97

1º Estabelecer a obrigatoriedade de as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, promoverem a segregação da administração de recursos de terceiros das demais atividades da instituição.

A legislação garante também a desvinculação do profissional que responde pela gestão de recursos de terceiros:

Resolução CMN nº 2.451/97

Parágrafo único. A designação de membro da diretoria ou sócio-gerente para responder pela gestão de recursos de terceiros deve recair sobre a pessoa que não possua qualquer vínculo com as demais atividades da instituição (PORTAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2011).

Com a Instrução CVM 306/99 houve até a garantia da segregação física:

Art. 15. Na administração de carteira de valores mobiliários deve ser assegurada a completa segregação das demais atividades exercidas pela pessoa jurídica, devendo ser adotados procedimentos operacionais, dentre outros, objetivando:

1. a segregação física de instalações entre áreas responsáveis por diferentes atividades prestadas relativas ao mercado de capitais, ou definição clara e precisa de práticas que assegurem o bom uso de instalações, equipamentos e arquivos comuns a mais de um setor da empresa. (PORTAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2011).

Esta segregação física e administrativa entre a tesouraria do banco e a gestora de fundos de investimento, significa que o dinheiro aplicado em fundos de investimento é gerido de maneira independente dos recursos da instituição administradora.

A medida ficou conhecida pelo termo em inglês *Chinese Wall*, fazendo menção à antiga Muralha da China.

Segundo Nelson Eizirik, da Carvalhosa e Eizirik Advogados (2011) o *Chinese Wall* é:

Um conjunto de procedimentos adotados por uma instituição financeira, ou conglomerado financeiro, com o objetivo de impedir o fluxo de informações privilegiadas e sigilosas para outros setores dessa instituição ou empresa do mesmo grupo, de forma a evitar situações de conflito de interesse e *insider trading*.

Assim o *Asset Management*, também conhecido como Gestão de Recursos de Terceiros, compreende o conjunto de decisões que determinam a performance do Fundo de Investimento. A atividade deve ser exercida por gestor habilitado e autorizado pela CVM.

Asset Management comumente se refere à reorganização da alocação de capital advinda de diferentes fontes.

A *Asset Management* é a empresa que gerencia recursos profissionalmente. Por uma taxa fixa de administração e uma remuneração variável sobre a performance, as *Assets Management* gerenciam o capital de investidores, sejam eles pessoas físicas ou instituições.(CVM, 2007).

Na concepção de Oliveira, Souza e Araújo (2006, p.6) na Gestão de Recursos de Terceiros “o administrador precisa muito do aspecto ético e tem o dever de administrar os recursos que são colocados em suas mãos por terceiros da mesma forma que administraria seus próprios recursos”.

Para Lisboa (1997, p.84) “não se pode esquecer que a sociedade tem suas regras éticas e que isso envolve inclusive a administração dos próprios recursos”.

1.2.3.1. Tipos de Investidores

A CVM define dois tipos de investidores: os não qualificados e os qualificados.

É considerado investidor qualificado, pela CVM (órgão que regula a indústria de fundos no Brasil), toda pessoa com investimento financeiro superior a R\$ 300 mil. A partir deste valor, a CVM supõe que o investidor já tem algum conhecimento e que pode, portanto, investir em fundos sofisticados ou, leia-se, com um grau de risco elevado. Nesse caso, a pessoa deve assinar a condição de investidor qualificado, ou seja, afirmar que tem conhecimento sobre o mercado de capitais suficiente para investir nesses produtos mais ousados, digamos (OESP, 2011).

São considerados investidores qualificados aqueles listados no Art. 109 da Instrução CVM n 409/04, como mostra o Quadro 1.

Art. 109 da Instrução CVM nº 409	
I	Instituições Financeiras
II	Companhias Seguradoras e Sociedades de Capitalização
III	Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Privada
IV	Pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio.
V	Fundos de Investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados.
VI	Administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.
VII	Regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

Quadro 1 – Lista de Investidores Qualificados

Fonte: Art. 109 da Instrução CVM nº 409/04

Pressupõe-se que investidores qualificados possuam maior conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais, e sobre os riscos associados a esses investimentos.

O conceito de qualificado pela CVM (2011) se aplica a um grupo de aplicadores:

Com maior propensão a risco e expectativa de retorno, mas que, por sua qualificação, têm capacidade de, por seus próprios meios, avaliar e entender os produtos disponibilizados ao mercado pela indústria de fundos de investimento, sem a necessidade da proteção estatal.

No caso do conceito de não qualificado, essa proteção garantida aos investidores não-qualificados, exercida basicamente pela CVM (2011):

Exige hoje a entrega de prospecto ao investidor, proíbe o investimento em determinadas modalidades de fundos e limita as possibilidades de cobrança de performance, assim como as condições de resgate.

1.2.4. Fundos de Investimento

Segundo Picchion (2011) os Fundos de Investimento são como condomínios, “que reúnem recursos financeiros de um grupo de investidores, chamados de cotistas, e realizam operações no mercado financeiro com objetivo de remunerar o capital desse grupo”.

Os recursos desse grupo são geridos por uma instituição financeira especializada, responsável por realizar as aplicações no mercado buscando obter a maior rentabilidade possível, conforme a política de investimento do Fundo. Os investimentos podem ser em ativos como ações, CDBs, títulos de renda fixa, derivativos, commodities e títulos cambiais, entre outros (PICCHIONI, 2011, p.1).

De acordo com o Guia de Fundos de Investimento da Instituição Pesquisada (2011), um Fundo de Investimento é uma forma de aplicação financeira, constituída sob a forma de condomínio que reúne os recursos de vários investidores para aplicar numa carteira de ativos financeiros, visando um determinado retorno esperado.

Os Fundos de investimento podem ser constituídos como fundos abertos ou fechados e, conforme definição legal considera-se:

Fundo aberto: quando os cotistas podem solicitar o resgate de suas cotas a qualquer momento durante a existência do fundo.

Fundo fechado: normalmente são constituídos com prazo de existência e os resgates somente podem ser efetuados no término deste prazo (GUIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA, 2011).

Diferente dos fundos condominiais, existem os Fundos Exclusivos para investidores considerados qualificados que recebem aplicações exclusivamente de um único cotista.

1.2.4.1. Fundos de Renda Fixa

Os investimentos em títulos de Renda Fixa podem ser Públicos e/ou Privados, prefixados e/ou pós fixados. Estes devem possuir, no mínimo, 80% da carteira, composta por ativos relacionados diretamente ou sintetizados via Derivativos, variação da taxa de juros doméstica, índice de preços ou ambos.

Segundo a ANBIMA (2011), os fundos de Renda Fixa estão divididos em subclasses que são:

- Renda Fixa.
- Renda Fixa Médio e Alto Risco de Crédito.
- Fundos de Renda Fixa Índices.

1.2.4.2. Fundos de Renda Variável

Os Fundos de Ações possuem características de investimentos de longo prazo, assumindo maior risco em busca de maior retorno.

Segundo a ANBIMA (2011), os Fundos de Ações estão divididos em subclasses que são:

- Ações IBOVESPA Indexado.
- Ações IBOVESPA Ativo.
- Ações Outros.

1.2.4.3. Classificação dos Fundos (CVM e ANBIMA)

Conforme definido na Instrução CVM nº 409/04 são sete as classes diferenciadas de fundos, de acordo com o principal fator de risco a que cada classe está atrelada.

A ANBIMA criou uma classificação mais específica dos diversos Fundos de Investimento a partir das classes CVM, tendo como principal objetivo aumentar a comparabilidade entre eles e possibilitar ao investidor maior facilidade para

identificar as restrições a que cada tipo de fundo está submetido, como mostrado no Quadro 2.

Classes CVM	Categoria ANBIMA	Tipo ANBIMA	Riscos	Atributo Foco de Atuação
Curto Prazo	Curto Prazo	Curto Prazo	DI/SELIC	-
Referenciados	Referenciados	Referenciado DI	DI/SELIC + Crédito	-
Renda Fixa	Renda Fixa	Renda Fixa (*)	Juros Mercado Doméstico + Índices de Preços	-
		Renda Fixa Crédito Livre (*)	Juros Mercado Doméstico + Crédito + Índice de Preços Mercado Doméstico + Alavancagem	-
		Renda Fixa Índices (*)	Índice de Referência + C/Juros Mercado Doméstico + Crédito + Índice de Preços Mercado Doméstico + Alavancagem	-
Multimercado	Multimercados	Long and Short – Neutro (*)	Renda Variável + Alavancagem	-
		Long and Short – Direcional (*)	Renda Variável + Alavancagem	-
		Macro (*)	Diversas Classes de Ativos + Alavancagem	-
		Trading (*)		
		Multiestratégia (*)		
		Multigestor (*)		
		Juros e Moeda (*)		
		Estratégia Específica (*)		
Dívida Externa	Investimento no Exterior	Balanceados	Diversas Classes de Ativos	-
		Capital Protegido		-
		Investimento no Exterior	Títulos da dívida externa e taxa de câmbio	-
		Ações IBOVESPA Indexado	Índice de Referência	Ibovespa
		Ações IBOVESPA Ativo (*)	Índice de Referência + Alavancagem	
		Ações IBrX Indexado	Índice de Referência	IBrX50 IBrX
		Ações IBrX Ativo (*)	Índice de Referência + Alavancagem	
				Telecomunicação Energia Petrobras Vale

Classes CVM	Categoria ANBIMA	Tipo ANBIMA	Riscos	Atributo Foco de Atuação
Multimercado	Multimercados	Trading (*)	Diversas Classes de Ativos + Alavancagem	-
		Multiestratégia (*)		
		Multigestor (*)		
		Juros e Moeda (*)		
		Estratégia Específica (*)		
		Balanceados	Diversas Classes de Ativos	-
Dívida Externa	Investimento no Exterior	Capital Protegido		-
		Investimento no Exterior	Titulos da dívida externa e taxa de câmbio	-
		Ações IBOVESPA Indexado	Índice de Referência	Ibovespa
		Ações IBOVESPA Ativo (*)	Índice de Referência + Alavancagem	
		Ações IBRX Indexado	Índice de Referência	IBRX50 IBRX
		Ações IBRX Ativo (*)	Índice de Referência + Alavancagem	
				Telecomunicação Energia Petrobras Vale
				Consumo Construção Civil Infraestrutura Financeiro Outros Setores
Ações	Ações	Ações Setoriais	Renda Variável	FMP Petrobras FMP Vale FMP Livre
		Ações FMP-FGTS		-
		Ações Small Caps		-
		Ações Dividendos		-
		Ações Sustentabilidade/ Governança		Sustentabilidade Governança
		Ações Livre (*)	Renda Variável + Alavancagem	-
		Fundos Fechados de Ações	Renda Variável	-
Cambial	Cambial	Cambial	Moeda de Referência	Dólar Euro

(*) Admite alavancagem

Quadro 2 – Classificação dos Fundos CVM e ANBIMA

Fonte: CVM (2011) e ANBIMA (2011a)

Com base no exposto, no tópico que segue se adentra à Sustentabilidade no Setor Financeiro, considerando seus princípios, instrumentos, normas, entre outros.

1.3. SUSTENTABILIDADE NO SETOR FINANCEIRO

Garantir a sustentabilidade financeira institucional é uma meta que todas as organizações se esforçam para alcançar.

Segundo Porter (1996, p.42), “normalmente as companhias têm uma estratégia econômica e uma estratégia de responsabilidade social, o que eles devem ter é uma estratégia só”.

Hoje, os maiores bancos do país possuem fundos de investimento com responsabilidade socioambiental e têm criado, cada vez mais, opções para quem quer investir em empresas, referência no que tange às práticas socioambientais. (MATTAROZZI; TRUNKI, 2008).

O Setor Financeiro tem muito a colaborar com a Sustentabilidade, meramente criando processos seletivos que disponibilizem maior crédito, por meio de práticas de engajamento para aquelas empresas que ainda não adotaram tais políticas e práticas de respeito à natureza.

1.3.1. Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental

O Papel do Setor Financeiro como indutor de práticas de sustentabilidade, abre novas oportunidades ao Setor, além de minimizar os riscos associados às suas operações.

Neste contexto, existem diversas ferramentas de gestão de Responsabilidade Socioambiental como: os Princípios, as Diretrizes, os Índices e as Normas em Sustentabilidade. Entre estes se destacam:

1.3.1.1. Princípios e Diretrizes Internacionais

Os Princípios e Diretrizes Internacionais são estabelecidos pela ONU e pelo Pacto Global.

- Organização das Nações Unidas (ONU): seu objetivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional,

desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. (ONU, 2011).

- Pacto Global: tem como objetivo encorajar o alinhamento das políticas e práticas empresariais com os valores e os objetivos aplicáveis internacionalmente e universalmente acordados. Estes valores principais foram separados em dez princípios-chave, nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção. (PACTO GLOBAL, 2011).

1.3.1.2. Princípios e Diretrizes de Governança Corporativa

Os Princípios e Diretrizes de Governança Corporativa foram aqui embasados na obra de Louette (2007), denominado “Compêndio para a Sustentabilidade: Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental”.

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): seus princípios de governança corporativa visam garantir a integridade das corporações em seus processos de gestão, e de relacionamento com as partes interessadas, também com o propósito de manter a saúde das organizações e sua estabilidade.

- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC): tem instituído um Código que visa o aprimoramento do padrão de governo das empresas nacionais.

- Cartilha de Boas Práticas de Governança Corporativa - Comissão de Valores Mobiliários (CVM): contém 23 recomendações de regras de transparência no relacionamento da empresa com o mercado. A adoção de tais práticas, comumente, significa a utilização de padrões de conduta superiores aos exigidos pela lei, ou pela regulamentação da própria CVM. (LOUETTE, 2007).

1.3.1.3. Princípios e Diretrizes Setoriais

Seguem os Princípios e Diretrizes Setoriais com base na mesma obra de Louette (2007), do Dow Jones Index (2009), da BM&FBOVESPA (2009).

- Princípios do Equador: são critérios mínimos para a concessão de crédito, que asseguram que os projetos financiados sejam desenvolvidos de forma socialmente e ambientalmente responsável. (LOUETTE, 2007).

- Dow Jones Sustainability Index (DJSI): é um Indicador de Performance Financeira das empresas líderes em sustentabilidade em esfera global. As empresas que constam neste índice indexado à Bolsa de Valores de Nova Iorque são classificadas como as mais capazes de criar valor para os acionistas no longo prazo, por meio de uma gestão dos riscos associados tanto a fatores econômicos, como ambientais e sociais. (DOW JONES INDEX, 2009).

- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): é uma iniciativa pioneira na América Latina que tem como objetivo criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea, bem como estimular a responsabilidade ética das corporações, através de boas práticas empresariais. (BM&FBOVESPA, 2009).

- Associação Brasileira das Entidades Privadas de Previdência Complementar (ABRAPP) – Princípios Básicos de Responsabilidade Social: possui um conjunto de critérios baseados em Princípios Básicos de Responsabilidade Social para definir suas aplicações. É a primeira iniciativa deste gênero no mundo e, portanto, um marco referencial da área financeira internacional. (LOUETTE, 2007)

1.3.1.4. Instrumentos de Gestão

- Global Reporting Initiative (GRI): é uma instituição independente cuja missão é desenvolver, sustentar e orientar a sustentabilidade em nível global, pelo relatório *Sustainability Reporting Guidelines*. Estas orientações são para uso voluntário da apresentação de relatórios sobre a situação econômica, ambiental, e de atividades de organizações de serviços sociais. (GRI, 2010).

- Bolsa de Valores Sociais e Ambientais (BVS&A): é um programa pioneiro no mundo, lançado pela BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo), para apoiar projetos na área da Educação e do Meio Ambiente, apresentados por Organizações Não Governamentais (ONG's) brasileiras, por meio da reprodução do mesmo ambiente de uma Bolsa de Valores, visando promover melhorias nas perspectivas sociais e ambientais do País. (LOUETTE, 2007).

- Indicadores Ethos: são indicadores que funcionam como um instrumento para uma autoavaliação das práticas empresariais, além de constituir-se de uma ferramenta de gestão e planejamento, sugerindo parâmetros de políticas e ações que a empresa pode desenvolver para aprofundar seu comprometimento com a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). (INSTITUTO ETHOS, 2008).

- Responsible Competitiveness Index (RCI) – Accountability: é um índice que relaciona o estado da responsabilidade corporativa com a competitividade das nações. Esse índice revela quais os países que estão atingindo crescimento econômico sustentável, baseado em práticas de responsabilidade social. (LOUETTE, 2007).

1.3.1.5. Normas e Certificações

- International Organization for Standardization 26000 (ISO 26000): é a norma internacional de diretrizes de Responsabilidade Social. (LOUETTE, 2007).

- Associação Brasileira de Normas Técnicas – Norma Brasileira de Responsabilidade Social 1600 (ABNT NBR 1600): é a norma brasileira de Responsabilidade Social, que tem caráter de sistema de gestão e propósito de certificação. (LOUETTE, 2007).

- AccountAbility 1000 (AA1000): é a norma que define os princípios e processos para prestação de contas, visando assegurar a qualidade da contabilidade, da auditoria e do relato de informações de caráter, social, ambiental e financeiro. Foi desenhada para auxiliar empresas, acionistas, auditores, consultores e organizações certificadoras e pode tanto ser usada isoladamente, como em conjunto com outros padrões de prestação de contas, como a *Global Reporting Initiative* (GRI), e outras normas padrões como as da *International Organization for Standardization* (ISO) e a SA 8000. (ACCOUNTABILITY, 2008).

1.3.2. Relatórios de Sustentabilidade

O relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. O modelo de relatório

da *Global Reporting Initiative* (GRI) é, atualmente, o mais completo e mundialmente difundido. (INSTITUTO ETHOS, 2008).

Seu processo de elaboração contribui para o engajamento das partes interessadas da organização, para a reflexão dos principais impactos, para a definição dos indicadores e para a comunicação com os públicos de interesse. (INSTITUTO ETHOS, 2008).

Atualmente, várias organizações adotam os Relatórios de Sustentabilidade, como uma forma de prestar contas à sociedade sobre a gestão, com a transparência de suas atividades e aprimoramento de sua administração.

1.3.3. Princípios para o Investimento Responsável

As informações contidas neste tópico fazem parte dos documentos contidos no “site” que contém os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), com o apoio da Organização das nações Unidas denominado Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (UNPRI).

Os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) são, em essência, um conjunto das melhores práticas globais para o investimento responsável. Eles incorporam os critérios ambientais, sociais e de governança, nas tomadas de decisões sobre os investimentos e práticas de direito de propriedade.

Os Princípios foram lançados em abril de 2006, e influenciam, diretamente, as empresas a fim de melhorar seu desempenho nestas áreas. Seus signatários contribuem com esforços para promover uma boa cidadania corporativa, construindo uma economia global mais estável e sustentável.

Existem três principais tipos de signatários, segundo UNPRI (2011):

- Detentor de Ativos: são as Organizações que representam detentores de poupança para aposentadoria, seguros e outros ativos de longo prazo.
- Gestor de Investimento: são as Instituições de Investimento que atendem ao mercado institucional e/ou de varejo e administram investimentos como terceirizados.
- Prestador de Serviços: são as Organizações que oferecem produtos ou serviços para detentores de ativos e/ou gestores de investimento.

O apoio combinado do Pacto Global das Nações Unidas, da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e dos líderes engajados da comunidade investidora têm ajudado a tornar os Princípios para o Investimento Responsável, uma iniciativa singular, que projeta expectativas aos mercados financeiros, engajando seus signatários a manter esforços voltados aos critérios ambientais, sociais e de governança corporativa.

Os Princípios são voluntários, não há sanções legais ou regulatórias associadas. E sua adesão está relacionada ao cumprimento das recomendações aos seus signatários, por meio das seguintes diretrizes:

1) Incorporar as questões de *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG) nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão, com base nas recomendações:

- Enfatizar as questões de ESG nas políticas de investimentos.
- Apoiar o desenvolvimento de ferramentas, métricas e métodos de análise relacionados aos fatores de ESG.
- Avaliar as capacidades dos gestores de investimento internos de incorporar os fatores de ESG.
- Avaliar as capacidades dos gestores de investimento externos de incorporar os fatores de ESG.
- Solicitar aos prestadores de serviços tais como analistas financeiros, consultores, corretores, firmas de pesquisa ou agências de avaliação, que integrem os fatores de ESG em suas pesquisas e análises.
- Incentivar pesquisas acadêmicas outras sobre esse tópico.
- Promover o treinamento em ESG para profissionais da área de investimentos. (PRI, 2011, p.3).

2) Sermos proprietários ativos e incorporar os temas ESG nas políticas e práticas de obtenção de ativos, com base nas recomendações:

- Desenvolver e divulgar uma política ativa de propriedade com conformidade com os Princípios.
- Exercer direito de voto ou supervisionar a conformidade com a política de voto (em caso de terceirização).
- Desenvolver a capacidade de comprometimento (por meios diretos ou terceirizados).

- Participar do desenvolvimento de políticas, regras, estabelecimento de padrões, tais como: a promoção e proteção dos direitos dos acionistas.
- Registrar resoluções dos acionistas consistentes com a visão de longo prazo dos fatores de ESG.
- Atuar com as empresas no engajamento sobre as questões de ESG.
- Participar de iniciativas de compromisso de colaboração.
- Solicitar aos gestores de investimentos que se comprometam e relatem sobre o compromisso relacionado à ESG. (PRI, 2011, p.3).

3) Buscar a transparência adequada nas empresas em que investimos, quanto às questões de ESG, com base nas recomendações:

- Solicitar relatórios padronizados sobre as questões ESG (usando ferramentas como o GRI – *Global Reporting Initiative*).
- Solicitar que os temas relacionados à ESG sejam integrados aos relatórios financeiros anuais.
- Solicitar informações às Empresas no que se referem à adoção ou aderência às normas relevantes, padrões, códigos de conduta ou iniciativas internacionais (tais como o Pacto Global das Nações Unidas).
- Apoiar as iniciativas e resoluções dos acionistas que promovem a divulgação de ESG. (PRI, 2011, p.3).

4) Promover a aceitação e a implementação dos Princípios no conjunto de investidores institucionais, com base nas recomendações:

- Incluir requisitos relacionados aos Princípios nas solicitações de propostas (RFPs – *Request for Proposals*).
- Alinhar mandamentos de investimentos, procedimentos de monitoramento, indicadores de desempenho e estruturas de remuneração de forma adequada.
- Comunicar as expectativas com relação aos fatores de ESG para os prestadores de serviço de investimentos.
- Rever as relações com prestadores de serviços que não atendam as expectativas dos fatores de ESG.
- Apoiar o desenvolvimento de ferramentas para a avaliação da integração à ESG.
- Apoiar o desenvolvimento de regulações ou de políticas que permitam a implementação dos Princípios. (PRI, 2011, p.4).

5) Trabalhar juntos para reforçar nossa eficiência na implementação dos Princípios, com base nas recomendações:

- Apoiar/participar de redes de relacionamento e informação para compartilhar ferramentas e recursos e fazer usos de relatórios de investidores como fonte de aprendizagem;
- Endereçar coletivamente assuntos emergentes relevantes;
- Desenvolver ou apoiar iniciativas de colaboração consideradas adequadas. (PRI, 2011, p.4).

6) Divulgar nossas atividades e progressos em relação à implementação dos Princípios, com base nas recomendações:

- Divulgar como os fatores de ESG estão integrados com as práticas de investimento.
- Divulgar atividades de acompanhamento das empresas (votação, engajamento, e/ou políticas de diálogo).
- Divulgar o que é solicitado aos prestadores de serviços em relação aos Princípios.
- Comunicar aos beneficiários sobre as questões ESG e os Princípios.
- Relatar sobre o progresso e/ou realizações relacionadas aos Princípios usando uma abordagem *Comply or Explain*¹.
- Buscar determinar o impacto dos Princípios.
- Fazer usos dos relatórios para estimular a consciência de um grupo mais amplo de atores-parte interessados. (PRI, 2011, p.4).

1.3.3.1. Processo de Adesão aos Princípios

O Processo de Adesão aos Princípios se baseiam nos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (UNPRI).

- A organização deve decidir em qual categoria se enquadram os três principais tipos de signatários (Detentor de Ativos, Gestor de Investimentos ou Prestador de Serviços).
- Encaminhar uma carta assinada pelo presidente da empresa à UNEP, declarando que a organização aprova os Princípios, descrevendo a categoria em

¹ A abordagem *Comply or Explain* requer que os signatários relatem como os Princípios estão sendo implementados ou forneçam uma explicação quando não estiverem de acordo. (UNPRI, 2011)

que a organização se enquadra, a quantidade aproximada de ativos sobre administração e a pessoa responsável, que passa a ser o principal contato do PRI.

- Para proprietários de ativos e gestores de investimentos, existe um compromisso em participar no processo anual de Avaliação e Relatório PRI.
- Após o recebimento da carta é encaminhado um e-mail confirmando o recebimento, a fatura para contribuição anual para o PRI, bem como a liberação de acesso à intranet dos signatários. (UNPRI, 2011a).

1.3.3.2. Signatários por Categoria

O Quadro 3 apresenta os Signatários PRI Mundial.

Número de Signatários	
Detentor de Ativos	240
Gestor de Investimento	525
Prestador de Serviços	151
Total	916

Quadro 3 – Signatários PRI Mundial
Fonte: UNPRI (2011b)

O Quadro 4 apresenta os Signatários PRI Brasil.

Número de Signatários	
Detentor de Ativos	15
Gestor de Investimento	22
Prestador de Serviços	11
Total	48

Quadro 4 – Signatários PRI Brasil

Fonte: UNPRI (2011b)

No tópico que segue se adentra na metodologia do trabalho mostrando como foi conduzido o estudo.

2. MATERIAL

Neste tópico apresenta-se, primeiramente uma descrição da empresa, cujo nome é mantido em sigilo, por solicitação da própria empresa.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa pesquisada iniciou suas atividades em 2001, possui uma estrutura de aproximadamente 140 funcionários e administra um patrimônio de R\$ 217,4 bilhões. É uma organização certificada pela ISO 9001 e mantém o *Rating* MQ1 da Agência de Risco *Moody's*.

Considerada uma das maiores gestoras de Renda Fixa da América Latina, a empresa conta com uma gestão especializada por segmento, com Pesquisa de Análise de Investimento, Análise de Crédito e Macroeconomia Independente.

2.1.1. Patrimônio da Empresa

Seu Patrimônio está aqui definido no gráfico 1 que apresenta como se deu a evolução do seu patrimônio.

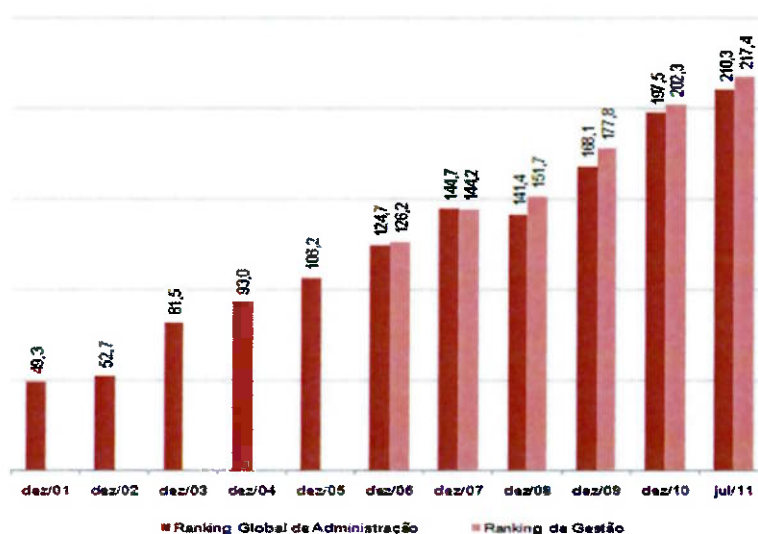


Gráfico 1 – Evolução Patrimonial da Empresa Estudada

Fonte: ANBIMA (Jun, 2011b)

2.1.2. Segmentação da Empresa

Com base na segmentação, o gráfico 2 apresenta a alocação dos fundos (Renda Fixa e Renda Variável).

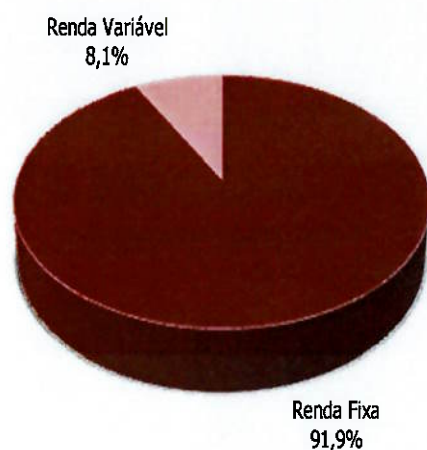


Gráfico 2 – Alocação dos Fundos (Renda Fixa e Renda Variável).

Fonte: ANBIMA (Jun, 2011b)

Ainda com base na segmentação, o gráfico 3 apresenta a alocação dos recursos por segmento.

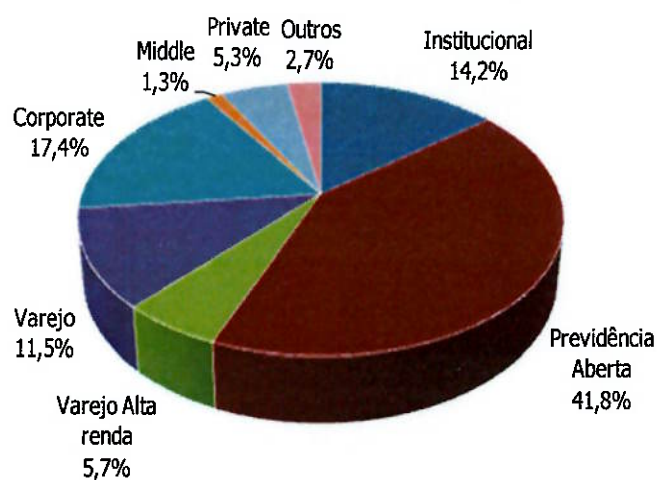


Gráfico 3 – Alocação dos Recursos por Segmento

Fonte: ANBIMA (Jun, 2011b)

2.2. ADESÃO AOS PRINCÍPIOS

Tomada a decisão de ingressar como signatário dos Princípios, a empresa definiu a categoria de Gestor de Investimentos e, conforme processo de adesão aos Princípios, encaminhou uma carta à UNEP - Iniciativa Financeira, descrevendo suas atividades, firmando o compromisso de participação no processo anual de avaliação do Relatório do PRI, denominado *Sustainability Reporting Guidelines*.

2.3. SENSIBILIZAÇÃO INICIAL DA ORGANIZAÇÃO

Após a confirmação de adesão aos Princípios, todo o quadro de funcionários foi comunicado, iniciando o processo de sensibilização pelos Diretores.

Os Gestores de cada área participaram de uma apresentação sobre os principais conceitos do PRI e do seu plano de ação, tendo a função de disseminar o projeto junto às equipes.

Cabe ressaltar que a comunicação é parte fundamental do processo. Assim, todos os colaboradores precisam ser conscientizados acerca do projeto, ficando evidente para eles como esse novo processo agregará valor para a Organização e seus colaboradores.

3. MÉTODOS

Este tópico descreve a metodologia utilizada no estudo e os caminhos percorridos. Trata-se de uma pesquisa que faz uso de levantamentos bibliográficos, em meio eletrônico e em documentos para compor o referencial teórico e de estudo de caso para promover o estudo junto à empresa.

3.1. METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO

A metodologia do estudo de caso foi escolhida para a pesquisa por lidar com acontecimentos recentes na investigação de fenômenos.

Robert Yin é um dos mais famosos autores sobre o estudo de caso. Em sua concepção:

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2005, p.21).

Já na concepção de Triviños (1990):

No estudo de caso, os resultados são válidos para o que se estuda. Não se pode generalizar o resultado atingido. Aqui está o grande valor do estudo de caso: fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas (TRIVIÑOS, 1990, p.111).

E, por fim, para Severino (2007) o estudo de caso é:

Pesquisa que se concentra no estudo de caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo. A coleta de dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral. O caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências. Os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e

seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados. (SEVERINO, 2007, p. 121).

3.2. O PROJETO

Analisar com clareza os fatores de ESG é um desafio para os analistas e investidores, cujo compromisso é a realização de recomendações ou tomada de decisões sobre investimentos. Diminuir potenciais riscos, em virtude de uma exposição a critérios ESG e, ainda buscando diferenciais em uma gestão socioambiental, pode resultar em benefícios e, conseqüentemente, melhores retornos.

Para atender às diretrizes dos Princípios, o projeto da empresa visa uma proposta de implementação de um Questionário a ser respondido pelas empresas do segmento acompanhadas pela Área de Análise de Investimentos, cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores.

3.3. ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Para compor o estudo de caso foi utilizado um Questionário, elaborado por uma empresa de consultoria contratada pela empresa pesquisada, totalmente especializada no alinhamento das diretrizes dos Princípios com o objetivo da empresa.

Primeiramente, foram realizadas reuniões de alinhamento do cenário atual visando à implementação com as principais áreas envolvidas no processo.

O Questionário denominado “Questionário de Avaliação Ambiental, Social e de Governança Corporativa” foi elaborado a partir de uma matriz de materialidade que correlacionou as mais variadas ferramentas de gerenciamento e iniciativas voluntárias em sustentabilidade, destacando-se o GRI, ISE e DJSI, possibilitando a identificação dos principais critérios.

Abordando questões variadas, segmentadas por Governança Corporativa, Social e Aspectos Ambientais, o Questionário é composto por 44 questões que englobam as seguintes áreas:

1. Governança Corporativa

Temas:

- Estrutura Acionária e do Conselho.
- Transparência.
- Perenidade do Negócio.
- Corrupção.

2. Aspectos Ambientais

Temas:

- Compromisso Público.
- Sistema de Gestão Ambiental e Ecoeficiência.
- Governança das mudanças Climáticas.
- Oportunidades e Novos Negócios.

3. Social

Temas:

- Práticas Trabalhistas.
- Engajamento com as partes.
- Impactos Sociais.
- Desenvolvimento do Capital Humano.

Através da aplicação do Questionário, o resultado esperado é uma avaliação por dimensão dentre os critérios, classificando a empresa em categorias diferentes: A, B, C, D, E e F, sendo:

- A = 100-90%;
- B = 89-70%;
- C = 69-50%;
- D = 49-30%;
- E = 29-10%;
- F = 9 -0%.

Os percentuais acima refletem o quanto a empresa pontuou consolidando a somatória das questões que valem de 0 a 3 pontos através dos Temas relacionados aos critérios de Aspectos Ambientais, Social e de Governança Corporativa.

Dado que os temas serão analisados por critério é possível identificar pela análise da Pirâmide a tendência para cada área, destacando-se os principais critérios abordados, conforme mostrado no Anexo A – Questionário de Avaliação Ambiental, Social e de Governança Corporativa.

3.4. PLANEJAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Este Questionário foi aplicado em um grupo de empresas de cada segmento (Commodities, Consumo, Financeiro e Utilitário), sob a orientação de homologar o Questionário a fim de apontar os principais pontos relacionados ao tempo gasto para o preenchimento, o grau de dificuldade para colher as informações solicitadas, o “lay out”, bem como coletar sugestões de melhorias.

Estas anotações foram analisadas e consideradas na versão final do Questionário.

3.6. TREINAMENTO DA EQUIPE

Os Analistas de Investimento receberam treinamento específico, abrangendo os conceitos dos Princípios e os detalhes do Questionário para prepará-los para quando o fluxo definido entrar em vigor.

Os profissionais de Qualidade, como principais condutores do processo na Organização, participaram de todas as fases do projeto, inclusive esta pesquisadora.

3.7. APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO NAS EMPRESAS

Por meio dos Analistas de Investimentos, o Questionário foi encaminhado para um número de 100 empresas, acompanhadas pela Área de Análise de Investimentos da empresa signatária e, conforme a categoria obtida em resposta ao Questionário (A, B, C D, E ou F), a classificação será considerada no processo de tomada de decisão através das informações disponibilizadas no Relatório de Recomendação (compra/venda) de cada empresa listada. O Questionário deverá ser revisado anualmente ou conforme demanda da empresa.

3.8.DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO

Para alinhar o processo do PRI aos demais procedimentos da empresa foram elaborados fluxos junto às áreas envolvidas e disponibilizados no Manual de Procedimentos da Empresa, como mostrado na Figura 1.

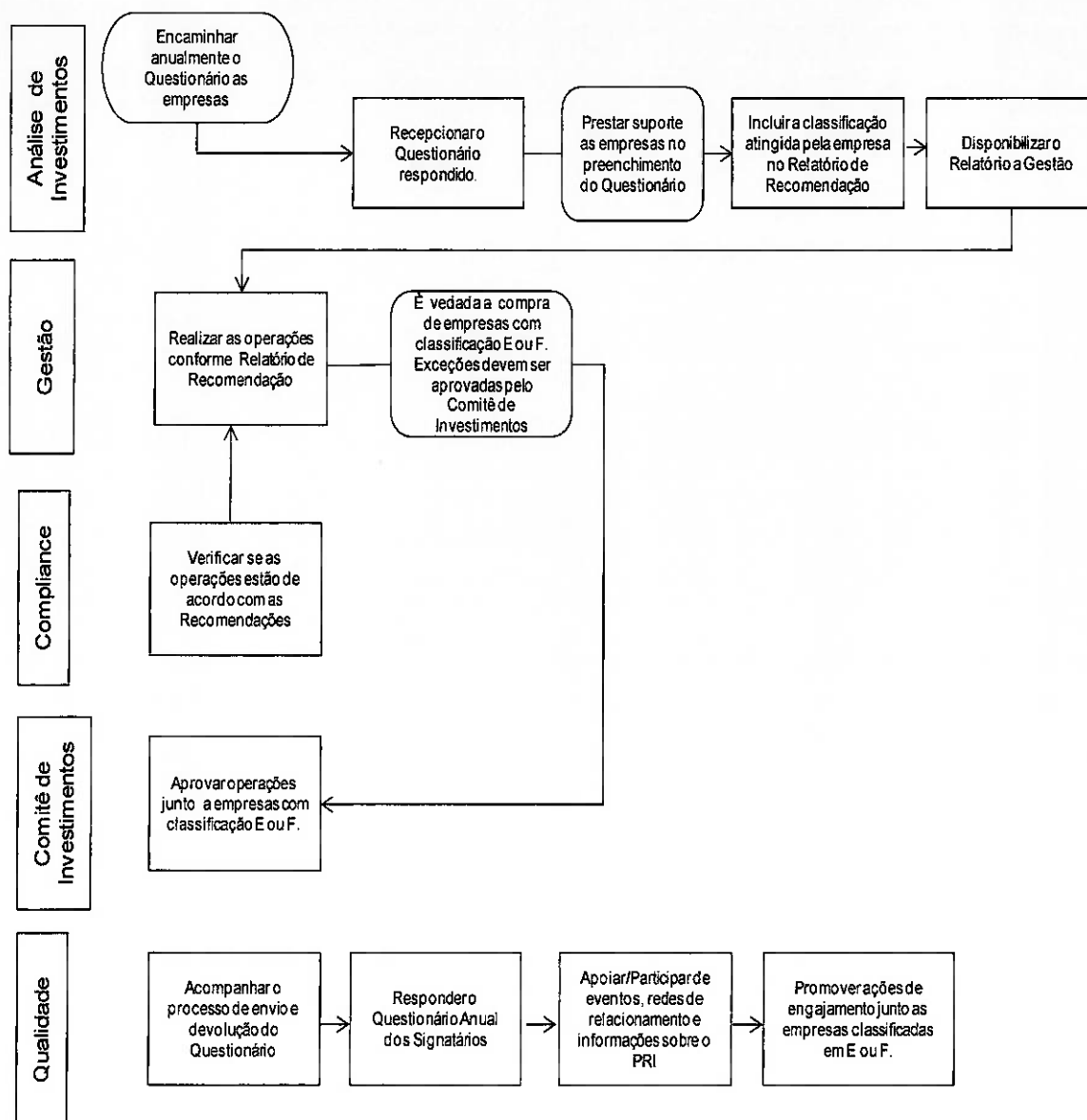


Figura 1 – Fluxo Operacional

4. RESULTADO ESPERADO

Sendo os Princípios não excludentes, a estratégia da empresa será considerar a classificação obtida pelas empresas em seu Relatório de Recomendações a Gestão, vedando as operações (compra e venda de papéis) realizadas para empresas com classificação E ou F, a fim de promover ações de engajamento nestas empresas, salvo exceções, que deverão ser discutidas em Comitê apropriado.

Como o Questionário está em fase de início de aplicação, não se tem um resultado de sua viabilidade ao processo acima definido pela empresa.

Até a conclusão deste estudo, 20 empresas retornaram o Questionário respondido. Podem-se observar melhorias em análise e estudo do processo de aplicação do Questionário.

O Questionário de Avaliação atual é padrão, dimensionando o percentual em divisão igual aos três critérios. Sugere-se que a empresa dimensione os percentuais dos critérios Ambiental, Social e de Governança Corporativa conforme o negócio da empresa, observando os segmentos acompanhados pela área de Análise de Investimentos. Assim, o peso de cada tema e pontuação nas questões levará em consideração o segmento da empresa analisada.

Dentre os Questionários devolvidos, apenas cinco estavam preenchidos nos itens Fonte e Evidências. Sendo o nível de detalhe e precisão das informações de grande importância para o processo de decisão da empresa signatária, o Questionário deve ter obrigatoriedade de ser totalmente respondido para uma análise mais clara das informações fornecidas.

Outro fator importante é a comunicação interna, dado ser uma empresa de grande porte. Após divulgação da ação, observou-se à participação de outros Departamentos da Organização que tratam de assuntos ligados à Relação com Investidores abordando o tema Sustentabilidade em seu processo, o que poderia ter gerado um custo menor para a empresa em relação à busca de informações obtidas através da contratação de consultoria externa.

Ressalta-se também atenção ao período em que o Questionário é encaminhado às empresas, pois algumas solicitaram um prazo maior de retorno

devido conciliar com outras ações de mercado voltadas a Sustentabilidade como o DSI e GRI.

Sugere-se para continuidade do projeto, que a empresa inclua em seu orçamento patrocínio em eventos de sustentabilidade, visando implementar sua estratégia de despertar nas empresas o engajamento aos fatores de ESG, além de oferecer treinamentos relacionados ao tema para os seus colaboradores.

Visto que a empresa possui um Sistema de Gestão de Qualidade certificado, sugere-se, também, a criação de indicadores de desempenho e análise para a cadeia de fornecedores, visando identificar as ações realizadas aos fatores ESG.

O PRI, dentre suas diretrizes, enfatiza a comunicação de seus signatários, formando grupos de trabalho em ações voltadas ao aprimoramento da iniciativa, sendo a participação de um membro da empresa signatária nestes grupos, uma ferramenta auxiliar a empresa neste momento inicial até a troca de experiências atingindo a maturidade.

Além das sugestões expostas para aprimoramento do processo da empresa após adesão ao PRI, caso deste estudo, fica a reflexão a autora sobre a possibilidade de faltar padronização das diretrizes do PRI aos signatários, o que num primeiro momento, parece dar flexibilidade à implementação, não dificultando para as empresas encontrarem o caminho seguro para atender as recomendações da iniciativa.

Outras empresas do mesmo segmento, ao aderir o PRI, podem implementar o mesmo método de coleta de dados. Será um bombardeio de envio de Questionários as empresas que, por muitas vezes, podem ser clientes de uma ou mais empresas signatárias, o que tornaria inviável responder os mesmos questionamentos, porém, com abordagens diferentes.

Vale refletir sobre a padronização, neste caso, que poderia ser iniciada com base nos três principais tipos de signatários (Detentor de Ativos, Gestor de Investimentos ou Prestador de Serviços).

5. CONCLUSÃO

Atualmente, o universo empresarial, no caso deste estudo o Setor Financeiro, não pode comportar interesses conflitantes com os sociais e ambientais.

A adesão aos Princípios propiciou à empresa, não apenas visar a sustentabilidade financeira de seu negócio, mas também, pelo aprimoramento de seus processos incluir a estratégia de sustentabilidade voltada à Governança Corporativa, Social e Ambiental, focando maior atenção a estas questões.

Com a aplicação do Questionário, o resultado esperado pela empresa é uma avaliação por dimensão, classificando as empresas acompanhadas pela signatária dos Princípios, em categorias diferentes. Esta classificação será analisada no processo de tomada de decisão da empresa ao realizar a gestão de recursos de terceiros.

A aplicabilidade desta metodologia deve ser muito discutida pelos profissionais envolvidos, pois é fundamental integrar o conceito à missão e à estratégia da empresa, de tal forma que o compromisso faça parte da cultura da empresa, além de reconhecido pelos funcionários, clientes, acionistas e fornecedores. Outro ponto importante é o envolvimento da Alta Direção no processo.

Como o Questionário está em fase de início de aplicação não se tem um resultado, contudo pelo retorno de algumas empresas foi possível identificar pontos de melhoria no processo.

O objetivo deste trabalho, assim, limitou-se a apresentar a aplicação do PRI em um modelo elaborado pela empresa estudada, não tendo o intuito de esgotar as formas de aplicação, uma vez que não existem regras, apenas diretrizes a serem cumpridas pelos signatários.

Enfim, conclui-se que ações de engajamento sustentável, através dos fatores de desempenho Ambiental, Social e de Governança Corporativa como a adesão ao PRI, a proposta do Questionário apresentada e os diversos tipos de iniciativas com foco em Sustentabilidade, pode engajar uma mudança na forma como as empresas incorporam estes critérios em seus processos.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY. **AA 1000**. Londres, 2008. Disponível em <<http://www.accountability.org/aa1000series>>. Acesso em 11 maio 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS – ANBIMA. **Informações Gerais**. Disponível em <http://www.anbima.com.br/> Acesso em 30 abr 2011a.

_____. **Dados dos Gráficos**. Disponível em <http://www.anbima.com.br/> Acesso em 20 jul 2011b.

BACHA, Edmar; OLIVEIRA, Luiz Chrysostomo de (orgs.). Mercado de Capitais e Crescimento Econômico: lições internacionais, desafios brasileiros. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. **Rev. Econ. Polit.** vol.26 no.2 São Paulo Apr./June 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572006000200009> Acesso em 21 jul 2011.

BANCO DO BRASIL. **Informações Gerais**. Disponível em <http://www.bb.com.br> Acesso em 20 maio 2011.

BENZECRY, Leandro Salztrager. A CVM e o conceito de investidor qualificado. Publicado em 30 junho 2006. **Revista Contábil & Empresarial Fisco Legis**. Acesso em 30 out 2011.

BM & F BOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. São Paulo, 2009. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>>. Acesso em 11 maio 2011a.

_____. **Mercado de Capitais**. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/Pdf/merccap.pdf>> Acesso em 19 jun 2011b.

_____. **Conceitos Fundamentais**. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/Pdf/ConceitosFundamentais.pdf>. Acesso em 14 jan 2012c.

CAIXA FINANCIAMENTO. **Mercado de Capitais**. Disponível em **Erro! A referência de hiperlink não é válida**. Acesso em 19 jul 2011.

CALEGARE, A. J. A. **Os Mandamentos da Qualidade Total**. São Paulo: Epse. CD-ROM.

CAVALCANTI, F.; **Mercado de Capitais: O que É, Como Funciona**. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Informações Gerais**. Disponível em <http://www.cvm.gov.br/> Acesso em 21 abr. 2011.

_____. 2º Panorama Anual da Indústria Brasileira de Fundos de Investimento, 2007. Disponível em <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em 19 maio 2011.

_____. **Instrução CVM 306**, de 5 de maio de 1999. Dispõe sobre a administração de carteira de valores mobiliários e revoga as Instruções CVM nºs 82, de 19 de setembro de 1988; 94, de 4 de janeiro de 1989 e 231, de 16 de janeiro de 1995. Disponível em <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?File=%5Cinst%5Cinst306.htm> Acesso em 21 abr. 2011.

_____. **Instrução CVM nº 409**, de 18 de Agosto de 2004. Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento. Disponível em <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?file=%5Cinst%5Cinst409consolid.htm> Acesso em 21 abr. 2011.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Resolução 2451**, de 27 de Novembro de 1997. Dispõe sobre a segregação da administração de recursos de terceiros. Disponível em <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?file=%5Cinst%5Cres2451consolid.htm> Acesso em 21 abr. 2011.

_____. **Resolução 2486**, de 30 de Abril de 1998. Dispõe sobre a segregação da administração de recursos de terceiros das demais atividades da instituição. Disponível em <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?file=%5Cinst%5Cres2486consolid.htm> Acesso em 21 abr. 2011.

DOW JONES INDEXES. **Dow Jones Sustainability Indexes in collaboration with SAM**. Zurich, 2009. Disponível em <<http://www.sustainability-index.com/>> Acesso em 11 maio 2011.

EIZIRIK, Nelson. **Conflitos de Interesse e a Segregação de Atividades no Mercado de Capitais Brasileiro**. CARVALHOSA; EIZIRIK Advogados. Disponível em [http://www.anbid.com.br/institucional/filesmng.nsf/D7E8C2666940A87F8325719A004B5AC5/\\$File/Nelson%20Eizirik.pdf](http://www.anbid.com.br/institucional/filesmng.nsf/D7E8C2666940A87F8325719A004B5AC5/$File/Nelson%20Eizirik.pdf) Acesso em 21 abr. 2011.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **GRI**. New York, 2010. Disponível em <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em 11 maio 2011.

GUIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO DA EMPRESA PESQUISADA. Setembro de 2011.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos**. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em 11 maio 2011.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 1997. 175 p.

LOUETTE, A.; **Compêndio para a Sustentabilidade: Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental**. 1ª Ed. São Paulo: Antakarana, 2007.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE: sustentabilidade no mercado de capitais**. 1ª Ed. São Paulo: Report, 2010.

MATTAROZZI, V.; TRUNKI, C. **Sustentabilidade no Setor Financeiro: Gerando valor e novos negócios**. 1ª Ed. São Paulo: SENAC, 2008.

MILIONI, Milton Luiz. **Conceito de Mercado de Capitais e o papel da APIMEC**. 14 out 2004. Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC). Disponível em <http://www.apimec.com.br> Acesso em 01 ago 2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO – OESP. Investidor qualificado, você sabe o que é?. Caderno Economia e Negócios. Publicado em 28 jan 2011. Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/descomplicador/2011/01/28/investidor-qualificado-voce-sabe-o-que-e/> Acesso em 20 maio 2011.

OLIVEIRA, Graciela Ap.Bueno de; SOUZA, Ana Maria Dias; ARAÚJO, Ademilson Ferreira. Atuação dos Profissionais de Contabilidade no Conceito da Ética. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis** da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Ano IV – Número 07 – Maio de 2006 – Periódicos Semestral

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Informações Gerais**. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/> Acesso em 12 jul 2011.

PACTO GLOBAL. **Informações Gerais**. Disponível em <http://www.pactoglobal.org.br> Acesso em 21 abr. 2011.

_____. **Os Dez Princípios**. Disponível em <http://www.pactoglobal.org.br/dezPrincipios.aspx> Acesso em 12 ago 2011.

PICCHION CORRETORA DE VALORES. **Fundos de Investimento**. Disponível em <http://www.picctrade.com.br/?index=Fundos%20de%20Investimento&p=content&tipo=subprodutos&id=448&categoria=Conceito&comsubtitulo=nao> Acesso em 12 ago 2011.

PORTAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Disponível em **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** [Paginas/Default.aspx](#) Acesso em 12 ago 2011.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Tradução: Elizabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PRINCÍPIOS PARA O INVESTIMENTO RESPONSÁVEL. **PRI**, 2006. Disponível em <<http://www.unpri.org>>. Acesso em 05 maio 2011.

PRINCÍPIOS PARA O INVESTIMENTO RESPONSÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS - UNPRI. **Informações Gerais**. Disponível em <<http://www.unpri.org>>. Acesso em 12 maio 2011a.

_____. **Signatories**. Disponível em <http://www.unpri.org/signatories> Acesso em 28 set 2011b.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1990.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Rating de Avaliação Environmental, Social and Corporate Governance (ESG)		Classificação geral F
DADOS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO		
Razão Social:		
CNPJ:		
Nome no pregão:		
Códigos de negociação:		
Endereço:		
Setor econômico (atividade principal):		
Classificação setorial:		
Unidade de negócio		
Qtde. total de funcionários:		
Capital Social total:		

O Rating foi elaborado a partir de uma matriz de materialidade que correlacionou as mais variadas ferramentas de gerenciamento e iniciativas voluntárias em sustentabilidade, possibilitando a identificação dos principais critérios. Sua estruturação está alinhada aos procedimentos para tomadas de decisão que levam em consideração os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa que

I - Caso a Organização faça parte do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) e/ou DJSI (Dow Jones Sustainability Index), escolha a opção 'Sim' no quadro abaixo e a classificação do Rating será considerada "A", ficando a critério da Organização responder o Questionário.

DJSI ((Dow Jones Sustainability Index)	
ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)	

II - QUESTIONÁRIO

Temas e assuntos		Pontuação	Atendimento? Sim ou Não			Fonte	Evidências
Dimen.	GOVERNANÇA CORPORATIVA						
Tema	Estrutura Acionária e do Board						
Assuntos	Existe a posição de Conselheiro Independente na organização?	1					
	A função de Diretor Presidete e Presidente do Conselho são exercidos por pessoas diferentes?	1					
	Existe a prática de voto por procuração (<i>proxy voting</i>) nas Assembléias?	3					
	Existe a prática de <i>tag along</i> ou outras iniciativas para proteção à tomada de controle?	1					
	A organização esta listada no Nível Diferenciado de Governança Corporativa?	3					
	Clique para ver as opções						
	Prática ausente	0					
	Nível 1 - 1 ponto	1					
	Nível 2 - 2 pontos	2					
	Novo Mercado - 3 pontos	3					
	O Conselho de Administração recebeu comprovado treinamento sobre o tema da sustentabilidade?	1					
	Veja as opções	0					
	de Remuneração - 1 ponto	1					
	de Sustentabilidade - 1 ponto	2					
Sub-Total		10	0,00	0,0%	0		

Tema Transparência						
Assuntos	O contexto do Desenvolvimento Sustentável reflete-se na Missão, Visão e Valores da Organização?	1				
	Existe Política para Contribuições Partidárias de público acesso?	3				
	A organização publica um Relatório de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI)?	1				
	A Organização possui compromissos públicos com iniciativas nacionais e internacionais, tais como Objetivos do Milênio ou Pacto Global?	1				
	O(s) Código(s) de Conduta Ética estão divulgados publicamente, por exemplo no site, área de Relacionamento com Investidores?	2				
Sub-Total		8	0,0	0%	0	
Tema Perenidade do Negócio						
Assuntos	A Organização possui algum mecanismo envolvendo a alta direção para lidar com os considerados Novos Riscos (alterações decorrentes das mudanças climáticas, assuntos polêmicos ou geopolíticos)?	3				
	As percepções dos stakeholders prioritários são utilizadas para a formação de produtos e serviços diferenciados, em comparação aos tradicionalmente oferecidos?	2				
	A Organização avalia critérios socioambientais na sua rede de fornecedores?	1				
Sub-Total		6	0,0	0%	0	
Tema Medidas contra corrupção						
Assuntos	A Organização possui um compromisso formal de combate à corrupção demonstrado em códigos, políticas ou outros documentos?	1				
	Os processos da Organização referentes ao combate à corrupção são auditados por terceiros?	1				
Sub-Total		2	0,0	0%	0	
Total - GOVERNANÇA CORPORATIVA		26	0,00	0%		
Dimen. AMBIENTAL						
Tema Compromisso público						
Assuntos	A Organização divulga publicamente sua Política Ambiental em seu web site ou em outros meios de comunicação?	1				
	A Organização possui certificações voluntárias que consideram as questões ambientais, tais como manejo florestal, produção orgânica ou comércio justo ao longo da cadeia de valor?	3				
Sub-Total		4	0,0	0%	0	
Tema Sistema de Gestão Ambiental e Ecoeficiência						
Assuntos	A Organização possui certificação NBR ISO 14001 ou similar (por exemplo, EMAS) em pelo menos 50% da suas plantas produtivas?	1				
	É realizada Avaliação de Ciclo de Vida do produto conforme ISO 14040?	3				
	A empresa está engajada na formulação de Políticas Públicas relacionadas ao meio ambiente?	3				
	O sistema de gestão ambiental compreende destinação adequada aos resíduos tecnológicos e eletrônicos?	1				
Sub-Total		8	0	0%	0	

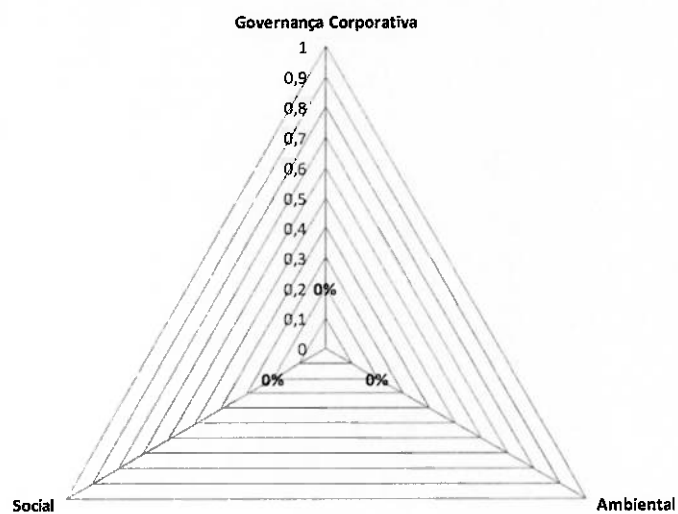
Tema	Governança das Mudanças Climáticas					
Assuntos	A Organização possui uma Política corporativa de gestão e/ou governança das mudanças climáticas?	2				
	É realizado um inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) seguindo metodologias reconhecidas, tais como GHG Protocolo ou ISO 14064?	1				
	A Organização participa da iniciativa voluntária Carbon Disclosure Project (CDP)?	3				
	São investidos e/ou fomentados e/ou viabilizados projetos no escopo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)?	3				
	Sub-Total	9	0	0%	0	
Tema	Oportunidades e novos negócios					
Assuntos	Existe uma unidade de negócios e/ou área e/ou departamento relacionado com "Novos Negócios" compondo o Grupo ou a Organização que busque oportunidades em projetos de sustentabilidade	3				
	A Organização esta listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa	1				
	A Organização esta listada no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova York	1				
	Sub-Total	5	0	0%	0	
Total - AMBIENTAL		26	0,0	0%		
Dimen.	SOCIAL					
Tema	Práticas Trabalhistas					
Assuntos	A Organização assume compromissos voluntários referente aos princípios e direitos fundamentais das relações do trabalho? Por exemplo, Trabalho infantil e forçado, discriminação, assédio, diversidade, negociação coletiva.	3				
	A Organização possui certificação SA 8000?	1				
	A Organização possui compromisso formal com relação à livre associação sindical e direito à negociação coletiva?	2				
	Sub-Total	6	0	0%	0	
Tema	Engajamento com as partes					
Assuntos	A Organização possui estrutura de engajamento de stakeholders, seguindo por exemplo a norma AA 1000?	2				
	A natureza das atividades da Organização é claramente conhecida pelas comunidades do entorno, incluindo quando pertinente, comunidades indígenas e/ou quilombolas?	3				
	A Organização possui uma sistemática periódica de realização dos painéis com as partes interessadas?	1				
	A Organização possui informações públicas e acessíveis sobre seus produtos e serviços socioambientais?	2				
Sub-Total		6	0	0%	0	

Tema		Impactos Sociais					
Assuntos	A Organização possui programa de gestão em responsabilidade social orientado pela NBR 16000 em pelo menos 50% das suas atividades?	2					
	A Organização possui certificação em saúde e segurança ocupacional (OSHAS 18000 ou BS8800) em pelo menos 50% de suas atividades?	2					
	Existem iniciativas orientadas para o Investimento Social Privado?	3					
	A Organização divulga seu DVA (Demonstração de Valor Adicionado)?	2					
	Sub-Total	7	0	0%	0		
Tema		Desenvolvimento do Capital Humano					
Assuntos	A Organização divulga a diferença entre o maior e menos salário pago?	3					
	Existe o processo de mapeamento de oportunidades e competência na Organização?	2					
	São realizados treinamentos sobre sustentabilidade para o público interno?	1					
	Os treinamentos internos são periódicos?	1					
	Sub-Total	7	0	0%	0		
Total - SOCIAL		26	0	0%			

Aspectos de Governança Corporativa	Score
Estrutura Acionária e do Board	0%
Transparência	0%
Perenidade do Negócio	0%
Medidas contra corrupção	0%
Rating Final	0%
Aspectos Ambiental	Score
Compromisso público	0%
Sistema de Gestão Ambiental e Ecoeficiência	0%
Governança das Mudanças Climáticas	0%
Oportunidades e novos negócios	0%
Rating Final	0%
Aspectos Social	Score
Práticas Trabalhistas	0%
Engajamento com as partes	0%
Impactos Sociais	0%
Desenvolvimento do Capital Humano	0%
Rating Final	0%

Aspectos da Sustentabilidade	Score	Rating
Governança Corporativa	0%	F
Ambiental	0%	F
Social	0%	F
Rating Final	0%	F

A	100-90%
B	89-70%
C	69-50%
D	49-30%
E	29-10%
F	9-0%



Fonte: Fornecido pela Empresa Estudada e Elaborado pela Empresa de Consultoria.